



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

À Coexec Com Vistas à Presidência

Sr. Presidente

Ref.: Apreciação do recurso interposto por **GRADUX BRASIL EIRELI EPP**

Tomada de Preços N. 003/2020.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRABALHO SOCIOAMBIENTAL NA LOCALIDADE DO RIO IMBUÍ”

Conhecidos os termos do referido documento, a Comissão Permanente de Licitação com o auxílio Da chefe de serviço da Gerência de Projetos e Serviços Socioambientais da Diretoria de Recuperação Ambiental – DIRAM passam a expor:

RECURSO interposto tempestivamente pela empresa **GRADUX BRASIL EIRELI EPP** pessoa jurídica de direito privado, participante do pleito supracitado, com sede a Rua Doutor José Peroba n. 149, sala 301, centro empresarial eldorado, stiep CEP: 41770-235, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 23.191.866/0001-22, doravante denominada **GRADUX**;

Em síntese a recorrente **GRADUX** apresenta em suas razões inconformismo quanto à decisão da CPL de inabilita-la em decorrência do não atendimento ao item 6.6.1 (a-)Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, quando a atividade assim exigir (Da Qualificação Técnica)).

Aduz que efetivamente comprovou sua atividade através do Conselho Regional de Administração.

Por se tratar de questão eminentemente técnica solicitamos auxílio da Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRAM, após análise desta diretoria especializada, apurou-se que o serviço em licitação é oriundo de um convênio firmado entre o Ministério de Desenvolvimento Regional (antigo Ministério das Cidades) e o Inea, tendo a Caixa Econômica como interveniente financeiro. O referido convênio foi assinado em consequência de uma catástrofe ocorrida em janeiro de 2011, sem precedentes no Estado, e visa a realização de intervenção física de drenagem de forma a prevenir outros eventos como o ocorrido.

Desde então, o Inea tem atuado na área e a equipe de trabalho técnico social vem realizando ações de reassentamento e ações socioambientais. Considerando então a expertise do órgão na área e as consequências sociais causadas pelo evento climático, a fiscalização ratifica a necessidade de um profissional de serviço social regulamentado pelo conselho da classe, a saber, Conselho Regional de

Serviço Social, visto que será necessário que este profissional tenha a capacidade técnica de compreender as diversas expressões da questão social que perpassarão todas as atividades que serão executadas no presente Projeto.

Além disso, conforme o julgado do TCU, apresentado também neste recurso, o mesmo destaca que a exigência do registro deve ser definida de acordo com o serviço preponderante na licitação (art. 30, inciso I da lei 8.666/93).

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos (grife nosso)

Ressaltamos que o serviço tem caráter socioambiental e o serviço de suporte às ações sociais e educação ambiental são preponderantes. Cabe destacar que a conclusão do corpo técnico se coaduna com o Enunciado 39 da PGE/RJ, bem como com o art. 30, §3º da LCC.

Em síntese a recorrente **GRADUX BRASIL** apresenta em suas razões inconformismo quanto à decisão da CPL de habilitar a licitante **PRINT COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI**. Entende a recorrente que a recorrida deixou de cumprir com o item 6.6.1 não apresentando no que se diz ao item 6.6.1 item a). Não apresentando o registro ou inscrição no conselho Regional de Serviço Social – CRESS.

A questão citada pela recorrente é afasta ao analisarmos a documentação da licitante **PRINT COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI** onde podemos observar toda a documentação exigida no item 6.6 junto ao subitem 6.6.1 nas páginas 34 ao 40 dos documentos de habilitação.

Concomitantemente a recorrente **GRADUX BRASIL** continua a apresentar em suas razões inconformismo quanto à decisão da CPL de habilitar a licitante **PRINT COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI**. Entende a recorrente que a recorrida deixou de cumprir com o item 6.10.2 do edital.

Como é cediço e explícito no instrumento convocatório as empresas subcontratadas devem apresentar a documentação ao longo da vigência do contrato, nos seus devidos termos, portanto, nos valem do apontado abaixo:

6.10.2 As empresas a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes, com a descrição dos serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores. Deve ser apresentada ainda a documentação de regularidade fiscal dessas empresas, na forma das cláusulas 6.2 e 6.6, aplicando-se, em caso de haver alguma restrição nesses documentos, o disposto na cláusula 8.16. **A mesma documentação deve ser apresentada ao longo da vigência do contrato, nos seus devidos termos, sob pena de rescisão.** (grife nosso)

Diante de todo o exposto, acolho a peça interposta como **RECURSO** e **CONHEÇO** do mesmo, não obstante **JULGANDO-O IMPROCEDENTE**, ante a inconsistência dos argumentos sustentados, sobretudo pela ausência de provas que os reforcem.

Em ato contínuo a empresa **PRINTRIO COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI**, com sede na Cidade de Niterói, Estrada Francisco da Cruz Nunes – Itaipu, inscrita no CNPJ sob o nº 04.496.866/0001-96 apresenta suas contrarrazões impetrados tempestivamente.

A recorrente apresenta-se como Licitante no processo supracitado, alegando, o cumprimento de todas exigências editalícias na fase de habilitação. Sendo então enviado suas **CONTRARRAZÕES** a esta cpl para averiguar a veracidade dos fatos relatados, dos quais após minuciosa análise chegou-se à conclusão que os mesmos merecem **êxito**.

Pelo exposto, Senhor Presidente, após os fatos esclarecidos, não havendo nada mais a tratar, mantenho a decisão de que a **PRINTRIO COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI** encontra-se **HABILITADA**.

Neste caso, solicito de Vossa Senhoria a ratificação da **DECISÃO** supracitada.

Nada mais havendo a tratar, solicitamos de Vossa Senhoria a ratificação da **DECISÃO** supracitada e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Em, 24 de março de 2021

Rio de Janeiro, 24 março de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Vitor da Silva Manhães, Adjunto**, em 24/03/2021, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Oliveira Ribeiro, Assessor Técnico**, em 06/04/2021, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **15054820** e o código CRC **50F48974**.